



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0000413-09.2017.5.12.0050

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 29/03/2017

Valor da causa: R\$ 25.425,02

Partes:

RECLAMANTE: VANIA BELLO SEDREZ

ADVOGADO: LUIZA DE BASTIANI

ADVOGADO: MORGANA FROHNER

RECLAMADO: MAGNA INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA

ADVOGADO: IVO MARCIO UHLIG

ADVOGADO: LINCOLN ZUB DUTRA

PERITO: RODRIGO MULLER



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
5ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE
ATSum 0000413-09.2017.5.12.0050
RECLAMANTE: VANIA BELLO SEDREZ
RECLAMADO: MAGNA INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 11 de novembro de 2021, às 08h00min, em ambiente virtual da MM. 5ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho DILSO AMARAL MATTAR, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo número 0000413-09.2017.5.12.0050, supramencionada.

Ausente a parte autora VANIA BELLO SEDREZ, presente o(a) seu(a) advogado(a), Dr(a). MORGANA FROHNER, OAB 17170/SC.

Presente a parte ré MAGNA INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) RUBENS SANDRO DA SILVA, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). ALEXANDRE BLANK, OAB 48815/SC.

JUÍZO 100% DIGITAL. ADESÃO: As partes, de comum acordo, aceitam a proposição do Juízo em se adotar nos presentes autos as diretrizes do "Juízo 100% Digital", em consonância com a PORTARIA CONJUNTA SEAP/GVP/SECOR Nº 21, de 27 de janeiro de 2021, que implanta o "Juízo 100% Digital" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e estabelece outras providências. Anote-se nos registros dos autos.

As partes e advogados ficam cientes e concordam que as eventuais informações pessoais sensíveis contidas em Ata estarão disponíveis para consulta pública na internet, sem possibilidade de exclusão do DEJT após publicada.

CONCILIAÇÃO: Realizada a tentativa de conciliação, as partes concordam em compor nos seguintes termos:

(a) a parte ré concorda em pagar a importância de R\$ 4.000,00, em 05 parcelas iguais de R\$ 800,00, que serão pagas no dia 26 de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, quando este for sábado, domingo ou feriado, sendo a primeira no dia 26/11/2021.

Os pagamentos serão realizados diretamente na conta da parte-autora, mediante depósitos em sua conta, cujos dados são: Banco Santander; Agência 3176; c/c 01083170-7; VANIA BELLO SEDREZ - CPF: 936.798.909-15

CLÁUSULA PENAL. Nos termos fixados pelas partes em **30%**, incidente sobre o valor inadimplido/remanescente, em caso de não-pagamento, nos termos do art. 891/CLT, uma vez que a incidência de cláusula penal sobre o total do acordo trata-se de pena exacerbada à luz do princípio da razoabilidade, cabendo ao juízo modular a questão (CC, art. 413).

DENÚNCIA: Sem oposição das partes, a falta de denúncia por descumprimento de qualquer das obrigações no prazo de 5 dias contado do vencimento da última parcela /obrigação (28/03/2022), fará presumir o integral adimplemento do pactuado e autorizará o imediato arquivamento do processo, desde que atendidas as demais formalidades legais, implicando o silêncio da parte credora que desistira dos atos de execução aparelhada (CPC, art. 775).

Em caso de denúncia por descumprimento, execute-se.

QUITAÇÃO: o/a autor/a quita o principal da execução.

HONORÁRIOS PERICIAIS: considerando que o(s) ilustre(s) perito(s) contador cumpriu (ram) seu(s) encargo(s) (NCP, art. 466), e ainda a extensão, a complexidade, o tempo despendido, o zelo e a apresentação do laudo, fixo os honorários periciais em **R\$ 800,00, a ser satisfeita pelo réu mediante depósito diretamente na conta do perito, no dia 26/04/2022, cujos dados seguem:**

Caixa Econômica Federal, Agência 1318, Operação 1288, Conta poupança 814.414.753-5, em favor do PERITO, Sr. RODRIGO MULLER - CPF: 053.295.109-37

O pagamento dos honorários periciais deverá ser comprovado nos autos até o dia 10 /05/2022.

Intime(m)-se o(s) perito(s) credor(es) para ciência deste acordo, o(s) qual(is) terá(ão) o prazo de 5 dias para denunciar o descumprimento do pagamento, contados da data acima estipulada, sob pena de se considerar cumprida a obrigação.

EXECUÇÃO/CITAÇÃO/CIÊNCIA. Para o caso de denúncia fundamentada de descumprimento, a parte devedora inadimplente se dá por citada para a execução desde logo, por meio eletrônico e publicação do DEJT, na pessoa de seu advogado(a) comprometendo-se as partes a informar eventuais substituições dos procuradores, sob pena de validar-se as intimações no endereço dos antigos procuradores, pelo princípio da boa-fé processual, motivo pelo qual deverá ser promovida a penhora de bens assim que apurado o valor total da dívida, deflagrando-se a execução, a pedido do credor, que nesta solenidade manifesta tal intenção, nos termos do preceituado nos arts. 765 e 878 da CLT, a quem competirá trazer os meios adequados e necessários tendentes a a imprimir-se efetividade à execução, sendo desnecessária a expedição de mandado nos moldes do disposto no artigo 880 da CLT. Após, se não

satisfeitas as obrigações, o credor os autos serão conclusos para a implementação das medidas cabíveis, com atos de constrição, inclusive bloqueio eletrônico, na forma da lei.

HOMOLOGO, resolvendo o feito com julgamento do mérito, nos termos do art. 924, inciso III, do CPC.

CUSTAS: no importe de R\$ 174,26, a serem recolhidas pelo réu e comprovado o pagamento nos autos até o dia 10/05/2022.

As partes e procuradores presentes leram e concordaram com o teor desta ata .

Nada mais.

DILSO AMARAL MATTAR
Juiz(a) do Trabalho

WANDERSON GADELHA DUARTE
Secretário(a) de Audiência



Assinado eletronicamente por: DILSO AMARAL MATTAR

<https://pje.trt12.jus.br/pjekz/validacao/21111108151689300000044918896?instancia=1>

Número do processo: 0000413-09.2017.5.12.0050

Número do documento: 21111108151689300000044918896

- Juntado em: 11/11/2021 12:11:31 - 168475c